

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ADELAIDE ALVES RIBEIRO

**PROFESSORES DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM
ESTUDO EXPLORATÓRIO**

BRASÍLIA, 2018

ADELAIDE ALVES RIBEIRO

**PROFESSORES DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM
ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito à obtenção de título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Professor Doutor Paulo Sérgio de Andrade Bareicha

BRASÍLIA, 2018

**PROFESSORES DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM
ESTUDO EXPLORATÓRIO**

ADELAIDE ALVES RIBEIRO

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Paulo Sérgio de Andrade Bareicha

Orientador

Professora Doutora Inês Maria Marques Zanforlin Pires de Almeida

Examinadora

Professora Mestre Katilen Machado Vicente Squarisi

Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso aos sujeitos surdos que desde o início dos tempos foram vistos e submetidos a mais cruel forma de interpretação humana, a ignorância.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a experiência desta pesquisa; ao meu orientador, professor Doutor Paulo Sérgio de Andrade Bareicha, à Wendy e Hackenhar que tão generosamente escutam meus devaneios sem reclamar. Agradeço aos encontros e desencontros da vida que me proporcionaram essa experiência tão enriquecedora capaz de transformar e formar.

EPÍGRAFE

Eu nada tenho Senhor, além das minhas deficiências... No entanto, como sou
é que compareço diante da Tua presença, na esperança de que me faça
melhor, para melhor servir aos Teus desígnios...

Que eu não reclame da dor, que me aperfeiçoa os sentimentos, e nem me
revolte com os companheiros, que me ensinam as lições que devo aprender...

(Chico Xavier)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi realizar um levantamento de competências requeridas do professor do ensino fundamental na abordagem de alunos surdos. Foram questionados professores do 6º ao 9º ano de um Centro de Ensino Fundamental em São Sebastião – DF. Os resultados apontam a importância de competências técnicas e afetivas. Tais características, entretanto não são reconhecidas como presentes no cotidiano da escola, requerendo formação continuada dos docentes a fim de melhorar o processo ensino-aprendizagem do aluno surdo.

Palavras – chave: Formação, prática docente, surdez, aprendizagem, reflexão

ABSTRACT

The objective of this study was to carry through a survey of abilities required of the teacher of basic education in the boarding of deaf pupils. They had been questioned teachers of 6^o to 9^o year of a Center of Basic Education in São Sebastião - DF. The results point the importance of affective abilities techniques. Such characteristics, however, are not recognized as present in daily of the school, requiring the continued formation of the teachers in order to improve the process teach-learning of the deaf pupil.

Words key: Formation, teaching practice, deafness, learning, reflection.

SUMÁRIO

1.0 MEMORIAL EDUCATIVO.....	11
1.1 PERSPECTIVAS FUTURAS.....	14
2.0 MONOGRAFIA.....	15
2.1 JUSTIFICATIVA.....	17
3.0 METODOLOGIA.....	18
4.0 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
4.1 PRÁTICA DOCENTE E COMPETÊNCIA.....	21
4.2 A SURDEZ.....	23
4.3 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO.....	25
4.4 0 FORMAÇÃO, HABILIDADE E COMPETÊNCIA DO PROFESSOR.....	27
4.5 ABORDAGENS NA COMUNICAÇÃO DO ALUNO SURDO.....	29
4.6 ORALISMO.....	29
4.7 COMUNICAÇÃO TOTAL.....	30
4.8 BILINGUISMO.....	32
4.9 LIBRAS.....	33
4.10 BASE LEGAL.....	34
5.0 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	40
6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
7.0 REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE 1.....	51
APÊNDICE 2	52

Índice de Figuras

Figura 1 – Distribuição dos professores quanto ao conhecimento do idioma libras41

Figura 2 – Distribuição dos professores quanto a “sentir-se preparado para atuar em libras”.....42

Figura 3 – Distribuição dos professores quanto a “considerar o aluno deficiente ou diferente”.....43

Figura 4 – Distribuição dos professores quanto a afirmação da necessidade de desenvolver competências técnicas e afetivas para atendimento do aluno surdo.....45

1 - MEMORIAL EDUCATIVO

Eu, Adelaide A. Ribeiro, aluna da Faculdade de Educação do curso de Pedagogia – noturno nesta universidade, ao completar a última fase do curso de pedagogia que é a monografia, segue também os relatos sucintos de minha trajetória até aqui.

Neste universo de aprendizado e oportunidades como disciplinas, seminários, atividades de extensão e dos projetos que praticamente delimitam a escolha do que se pretende seguir como futuro profissional da pedagogia, conquistei a base para seguir meu caminho como aluna em formação na pedagogia.

Tempos atrás, antes de tentar o vestibular para pedagogia, fiquei pensando sobre pessoas com necessidades especiais (em especial, as crianças) ou pessoas que já nasceram com alguma distrofia no sistema nervoso central e que desenvolveram lesão e se tornaram dependentes de cuidados específicos. Pensei no mundo e os inúmeros desastres naturais que destroem tantas vidas ou deixam suas marcas nelas. E então, me lembrei de uma onda de calor absurda em 2003 que matou muitas pessoas em vários países da Europa, o descontrole do clima o aquecimento global que cada vez mais deixa o clima maluco e destrói o planeta aos poucos como um vírus poderoso e assintomático, mas, letal.

Vírus, esses organismos minúsculos desprovidos de metabolismo independentes, parasitas que necessitam de células vivas para se hospedar e proliferar. Enfim, pensei em tragédias, clima, doenças, vírus, e então, fiquei muito angustiada quando percebi que aqui perto estava se desenvolvendo algo parecido com uma epidemia, que nunca imaginei que pudesse acontecer tão próximo.

O mosquito que transmite a dengue avança aqui no Brasil, a falta de informação da população e políticas públicas que resolva mesmo e combata de vez, parece vai continuar a passos lentos. Tudo aqui é muito demorado e tempo é o que os mosquitos precisam para se transformar em uma nova forma mutante de doença que acomete e mata muitos. Nessa morosidade do sistema em combater e até o descaso da população em se inteirar do perigo, surgiu

nova ameaça, o Zika vírus. Quando a mulher em estado de gravidez é picada pelo mosquito *Aedes Aegypti* contaminado pelo vírus Zika, ela é automaticamente infectada, o feto se desenvolve, mas nasce com microcefalia, ou seja, com disfunção no tamanho do cérebro e em decorrência dessa supressão o desencadeamento das consequências dos danos no sistema nervoso central, a criança desenvolve deficiência intelectual e ou cognitiva, atrasos neuropsicomotores que geram o comprometimento da fala, da visão e da locomoção. Consequentemente essas crianças precisaram de atendimento escolar especial, de professores que saibam lidar e transformar a dificuldade em estímulo e desenvolvimento precoce.

Paralelamente e depois de ler, pesquisar e ver a dificuldade da criança e do jovem especial para estudar e se adaptar ao mundo do trabalho, decidi tomar uma atitude e começar a estudar sobre o assunto para conhecer e aprender e tentar fazer a diferença neste campo da educação então, estou começando por minha monografia. Identifico-me muito com a educação especial e acho que posso sim, contribuir me especializando como uma profissional capacitada e consciente que pode fazer a diferença na vida de muitos alunos.

Mas, nem tudo são flores, enfrentei muitos obstáculos para chegar até aqui, passei por dúvidas e até vontade de desistir, mas sempre quis trabalhar com crianças. Tenho convicção que trabalhar com crianças, seja especial ou não e desenvolver uma prática pedagógica com o lúdico, o mágico e espetacular mundo dos contos e suas particularidades é fascinante. Acho impressionante a capacidade de interação e criatividade dessas crianças, elas interagem de alguma forma no tema e conseguem aprender e se divertir ao mesmo tempo.

A minha história acadêmica é comum, um pouco tardia, mas como tantas outras, sem nenhum acontecimento relevante que possa sobrepor o normal e desenvolver algum trauma ou coisa que o valha. Cursei as etapas da educação infantil, fundamental e o ensino médio dentro do que foi proposto no meu tempo. Depois de concluir e dentro das minhas possibilidades, iniciei outra fase na minha vida, mas essa parte é outra história que não vem ao caso neste momento.

Em particular e fora do mundo acadêmico, desenvolvi o gosto por contos infantis, o mundo da fantasia e do imaginário que assedia e contagia toda criança. Tenho a convicção que trabalhar a educação infantil de modo geral, e ter como ferramenta da prática pedagógica o lúdico de um jeito que possa desenvolver na criança o maravilhoso gosto da leitura e no desenvolvimento da criatividade, alimentando a curiosidade e inserindo a magia dos contos e as mensagens que nelas estão implícitas, é simplesmente incrível para mim. Reconheço que sempre tive muita imaginação, pois, quando era criança, dormia ouvindo meu pai contar histórias encantadas lá do mundo da fantasia. Ouvei muitas versões da festa no céu e de tantos outros contos e fábulas de Isopo, Fedro e La Fontaine.

Acho que esse processo do gosto por contos e querer desenvolver isso na educação, pode ter sido influenciado por meu pai que muitas vezes me ensinando, dizia que nos nomes da bicharada das historinhas, eu conseguiria encontrar todas as letras. Ou talvez seja uma aptidão, não sei direito explicar. Se pudesse, explicaria tudo de forma lúdica e bem fantasiosa afinal, acho muito mais divertido de entender e muito mais fácil para compreender e explicar.

A escolha do curso de pedagogia foi muito lúcida quando fiz o vestibular, ainda posso lembrar o tamanho da minha alegria quando li o resultado e vi que ali, naquele instante, nascia uma infinita vontade de conhecer e entender o mundo da pedagogia, foi um momento de felicidade em minha vida. No decorrer do curso aprendi, construí, incorporei, edifiquei e transformei muitos vícios de comportamento e mesmo da falta de conhecimento, que felizmente o curso me proporcionou entender e cultivar, mas, nesse jardim do conhecimento, nem tudo são flores, tive algumas decepções durante o percurso, mas elas me ensinaram também. Aprendi que existe educador (sistematizador de conteúdo) e professor (preceptor, orientador e mentor), todas essas experiências foram parte do aprendizado, porque as pessoas são em sua essência plurais e isso as tornam únicas, afinal, esse é o legado do processo da aprendizagem, o diferente mais o tradicional são iguais.

Todo esse tempo que tive o privilégio de conhecer e aprender dentro da Faculdade de Educação vão me acompanhar todos os dias de minha vida como um legado de vitória, associado às experiências de extensão e do contato com tantas outras culturas espalhadas em muitos aspectos

diversificados, fazendo com que pudesse compreender quão rica é nossa história e como o nosso povo é guerreiro.

1.1 PERSPECTIVAS FUTURAS

O curso de pedagogia mostrou-me uma visão bem mais crítica do mundo, ensinou-me a entender as várias nuances da educação, diferentemente do meu anterior senso comum, apresentou-me os vários campos de possibilidade de atuação do profissional pedagogo. Dentro dessas perspectivas profissionais que o curso de pedagogia me proporcionou, vejo agora com clareza as diversas formas de atuação. Dentro deste universo de experiências e prática, tenho a intenção de continuar com meu aprendizado, mas como professora da educação infantil com foco na formação da educação especial, pois quero mesmo é trabalhar neste segmento e de preferência na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

2 - MONOGRAFIA

O caminho percorrido pela educação do aluno surdo no Brasil é antigo, data aproximadamente do ano de 1857 quando Dom Pedro II convidou o professor surdo Ernest Huet de nacionalidade francesa para dirigir uma escola para surdos. A escola era o INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos, (informação citada por Razuck 2011, p. 29, A pessoa surda e suas possibilidades no Processo de Aprendizagem e Escolarização).

Partindo de lá até os tempos de hoje, muitos foram os métodos e práticas até que se chegasse ao que de fato está se ajustando a estrutura e organização do sistema educacional para alunos surdos.

A educação de surdos no Brasil sobreviveu depois de muita luta contra preconceitos, injustiças de várias formas, a falta de formação adequada do professor e o uso de metodologias de segregação, dificultaram e desestimularam os alunos, causando a desistência por falta de estímulo e de muito preconceito. Neste contexto separatista, onde o aluno surdo só podia estudar com um igualmente surdo, conseqüentemente a comunicação e socialização se restringiam aos mesmos, dificultando assim, a expansão do conhecimento e socialização dos alunos.

Com a evolução das leis, a segurança dos direitos, a inclusão se tornou um norte, estimulando a socialização e disseminação da comunicação do aluno surdo. Com o amparo legal e desenvolvimento da educação inclusiva, novos paradigmas seguidos das mudanças nas políticas educacionais, geraram e impulsionaram novas ações pedagógicas para restaurar e transformar a educação especial. Neste novo cenário, uma perspectiva de integração e adequação da educação do aluno surdo está sendo implantada. Entre elas está a capacitação do professor, formação continuada dentre outros meios para atuar com alunos surdos em sala comum, ou seja, atuar com alunos surdos e ouvintes, trabalhando a inclusão e desenvolvendo a socialização entre os mesmos. São diversas as habilidades e competências que o professor pode aprimorar para atuar com o aluno surdo, as metodologias e estratégias de ensino têm de alcançar o aluno e ser capaz de facilitar sua

aprendizagem, mas sempre, e de preferência, com recursos e estímulos que o aluno consiga interpretar e desenvolver com autonomia.

Este novo advento de conscientização e integração no sistema educacional, surgiu como elemento essencial de transformação e (re) construção, do ensino e da mediação como um processo democrático, que visa desenvolver os inúmeros recursos pedagógicos que podem influenciar e revolucionar a trajetória educacional do aluno surdo. Todo esse ajustamento no processo da educação para surdos, ainda está sendo desenvolvido e necessita de muitos ajustes para realmente superar o antigo sistema e estruturar novos caminhos.

Diante do novo cenário da educação especial, é impossível que educadores não tenham formação adequada para se comunicar na sala de aula com alunos surdos. Esse retrocesso ainda é parte da realidade de muitas escolas. Para que esses profissionais da educação possam alcançar os ideais educacionais, políticos e filosóficos inerentes à educação do aluno surdo é necessário que se atualizem e busque adequação na capacitação ou na formação continuada.

Na educação do aluno surdo, o professor é o estimulador do conhecimento e da mudança é o pesquisador que interage e conhece a necessidade das interações, selecionando de acordo com o desenvolvimento dos alunos e de seus limites, é onde o aluno se apoia para encontrar a base e superar as dificuldades advindas das especificidades de cada um.

Em outro contexto da educação da pessoa surda, há que se lembrar de que essa evolução saiu de um processo pré-moldado para uma perspectiva de inter-relação, avançando na construção do saber reflexivo e dialógico, e é dentro desse processo de transformação que as mudanças estão sendo desenvolvidas nos vários segmentos: nas práticas pedagógicas integradas, através da mediação consciente e reflexiva, pelo respeito às necessidades individuais de cada discente e nos recursos para adaptar as informações de acordo com as especificidades de cada aluno. Esse é o caminho do professor que integra seu conhecimento com as novas ações na formação continuada.

O desenvolvimento do aprender do aluno surdo deve ser estimulado e potencializado para que as possibilidades inerentes ao seu aprender sejam de superar seus limites e limitações, estimulando e proporcionando o crescimento

para a promoção de sua emancipação frente aos novos desafios que surgirão em cada fase de sua trajetória escolar e social.

É importante ficar atento às necessidades e entraves que possam prejudicar ou até desestimular o aluno nesses processos de desenvolvimento e aprendizagem. Segundo Libâneo (1994), a mediação do conhecimento funciona como uma parceria:

O processo de ensino é uma atividade conjunta de professores e alunos, organizado sob a direção do professor, com a finalidade de prover as condições e meios pelos quais os alunos assimilam ativamente conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções (LIBÂNEO, 1994, p. 29).

A mudança e o desenvolvimento efetivo que se espera na educação do aluno com diagnóstico de surdez começa com comprometimento e empenho na mediação para assim, transformar e preparar o aluno para os desafios futuros nos vários campos da vida privada e profissional.

O aluno com diagnóstico de surdez tem que conviver com um universo de movimentos, cores, luzes, velocidade, cheiros, formas e tantas outras características do cotidiano que ainda estão aprendendo a perceber. Esse processo de entender o mundo e seu sentido, sua dinâmica, seu ritmo é desenvolvido através da sua visão, por observação e esse processo de absorção entre a comunicação e integração com o mundo ao seu redor os faz diferentes no que tange as formas de perceber esse mundo à sua volta e reter as informações. Esses alunos são dotados de capacidade em pleno estado de desenvolvimento, necessitando de orientação, instrução, estímulo para desenvolver sua própria opinião. Dentro desse meio, o professor é o mediador dessa ação dialógica, mas, a prática pedagógica só se torna efetiva se o docente se preparar se atualizar e buscar novos meios de chegar até a percepção do aluno.

2.1 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se justifica como uma reflexão sobre as dificuldades encontradas na prática docente, gerada por falta de capacitação de alguns

professores na mediação com aluno surdo no ensino básico anos finais da CEF Cerâmica São Paulo em São Sebastião-DF.

Entender que as metodologias e a didática utilizada no ensino do aluno surdo têm reflexos no aprendizado, compreender que a falta da formação continuada dificulta o processo de captação da informação e o torna na maioria das vezes, desinteressante para o aluno. Considerar que a mediação consciente e reflexiva do ensino está entrelaçada, e que sua ausência tem consequência negativa para o aluno.

Entender que cada educando surdo tem dificuldade diferenciada e que essa observação diária constata que os obstáculos apresentados por cada um dentro do ensino-aprendizagem em sua maioria, e nesse contexto, tem raiz na comunicação entre aluno surdo e professor. Essa pesquisa ainda se justifica pela necessidade de se repensar sobre cada aluno surdo e o respeito a sua especificidade, colocando em prática as orientações da legislação que proporciona a promoção, a inclusão e a capacidade de aceitação das diversidades, garantindo assim, o seu acesso igualitário às oportunidades educacionais e sociais.

3 - METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo exploratório tendo como **objetivo** realizar um levantamento, na opinião dos professores, de competências requeridas ao professor do ensino fundamental na abordagem de alunos surdos. Tivemos as seguintes **questões norteadoras**: 1) Quais competências são requeridas do professor que tem em sua sala de aula alunos surdos? 2) Qual a importância e o sentido da capacitação e da educação continuada para o professor no contexto da educação de surdos?

Os participantes trabalham em escola localizada em São Sebastião – DF que oferece Ensino Fundamental, anos finais, do 6º ao 9º ano. A escola dispõe de sala de recursos para os anos finais, sala de recursos específica – para deficiência visual e auditiva; Ensino especial – transtorno global do desenvolvimento; Ensino especial – deficiências múltiplas; Educação em tempo integral para aproximadamente 180 estudantes; equipe especializada de apoio

à aprendizagem – psicólogo e pedagogo (itinerantes); e orientação educacional.

A coleta de dados foi realizada durante o primeiro semestre de 2018 e participaram da pesquisa professores que dão aulas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Foi aplicado questionário com perguntas abertas e fechadas (ver apêndice) e foi realizada análise quantitativa das respostas.

O uso de aplicação de questionário, segundo Antônio Carlos Gil (1999, p.128) pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. Portanto, as informações colhidas serão processadas e servirão como base da presente pesquisa.

4 - REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura especializada da área de educação e surdez aponta para a importância da reflexão e compreensão de que no desenvolvimento da prática docente, a capacitação e a formação continuada do professor com aluno surdo é essencial, e que, sem esses instrumentos de desenvolvimento o ensino efetivo não evolui.

O professor é o intermediário na condução do ensino. Essa condição o torna um catalisador do ensino e incentivador da aprendizagem. Dentro deste contexto, a comunicação não pode ser um entrave nas informações veiculadas entre os mesmos. Na educação do sujeito surdo, a comunicação é conhecida como “abordagem da comunicação” ou “filosofia da comunicação”, seus desdobramentos e vertentes possuem diferentes pontos de vista, dependendo da época e suas relações de aceitação e ou imposição em relação à receptividade na transmissão dessa comunicação. Seu envolvimento na vida do sujeito surdo e sua efetiva consistência e prática, são essenciais para que se desenvolva o conhecimento democrático.

Limitações na comunicação dificultam a expressão de desejos, anseios, dúvidas e todos os sentimentos dos quais nossa vida está impregnada. As crianças surdas se encontram inseridas em um contexto cultural e socioeducacional rico de significados, no qual se veem limitadas em suas interações sociais (KELMAN, BRANCO, 2003, p. 14).

As filosofias ou abordagens de comunicação para aluno surdo são entendidas como um processo que tem o objetivo de capacitar e gerar compreensão no âmbito da relação de comunicação entre o surdo e o ouvinte. Esse processo gera o desenvolvimento e a integração na comunicação gestual e escrita, possibilitando a inserção do estudante em sua vida escolar e social.

Além dos obstáculos e dificuldades enfrentadas por esses discentes surdos, há que se entender que trabalhar com esse alunado e desenvolver as adaptações necessárias para que haja retorno no desenvolvimento escolar, é imprescindível que o profissional da educação se qualifique e esteja disposto a pesquisar, se envolver, reconhecer e definir as necessidades e prioridades desses alunos com planejamento diferenciado e adaptado. Portanto, dinamizar e implementar mudanças na ação educativa, interfere nos processos que geram a evolução da aprendizagem dos educandos surdos. A efetiva capacidade do docente de transmitir e socializar as informações que atenda todo o conjunto de diversidade da sala de aula torna possível a democracia da aprendizagem significativa.

A diversidade e pluralidade de alunos que estão nas instituições educacionais para atendimento especializado crescem a cada dia, os professores enfrentam a dificuldade da falta de preparo atribuída a capacitação e formação continuada. Existe urgência na prática pedagógica reflexiva, criativa e de aperfeiçoamento contínuo, o professor tem que ser capaz de identificar e reconhecer as necessidades do aluno surdo e disponibilizar recursos com a finalidade de facilitar o ensino e aprendizagem desse discente.

A formação de professores para a Educação Inclusiva precisa estar subsidiada em análises do conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa nova perspectiva, ou seja, sua formação deve basear-se na reflexão e na criatividade. O professor precisa ser capaz de selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas, de modo a favorecer a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de sua diferente condição social,

intelectual, sensorial, comportamental, física ou qualquer outra (POKER, MARTINS, GIROTO, 2016, p. 8).

Capacitação do professor e formação continuada é um processo de evolução contínua, que visa o aperfeiçoamento da competência e conhecimento com foco na renovação das habilidades a serem propostas para os sujeitos surdos. Essas novas abordagens pedagógicas, torna a atuação do professor mais próxima, viabilizando a prática docente como uma aliada do aprendizado do aluno.

É preciso que os professores atualizem-se, façam pós-graduação, cursos e participem de eventos, oficinas e palestras na área. Com isso, vão se preparar melhor para atuar nas escolas que têm alunos com deficiência. O correto, segundo os pesquisadores, é que o profissional fique sempre se atualizando e não faça apenas um curso ou minicurso oferecido pelo governo, com carga horária reduzida, cujo objetivo é somente atender às exigências de convênios. É preciso dedicação e vontade de estar sempre buscando novos conhecimentos (MURATA, COSTA, TAKAHAMA, 2013, p. 53).

A formação dos professores da educação especial tem que perpassar por formação contínua, para que se desenvolva capacidade de adequação da realidade concreta do aluno. Desenvolver aquisição de competências e conhecimentos para as reais necessidades da prática pedagógica reflexiva.

4.1 PRÁTICA DOCENTE E COMPETÊNCIA

O desafio da educação do sujeito surdo no Brasil perpassa por questões históricas que são conhecidas desde os tempos do Brasil-colônia. Porém, com a evolução do ensino para alunos especiais, mudanças começam a se desenvolver dentro da educação para surdos. Adaptações visuais e outros meios de ensino são ajustados ou adaptados de acordo com a característica do aluno. Cada aluno é único, e como tal, possui necessidades e anseios individuais. A escola como ambiente de formação e evolução deve perceber e oferecer através do corpo docente e dos outros colaboradores as ferramentas de inclusão, comunicação e no respeito às diferenças. O ambiente de aula deveria ser dialógico, com a aprendizagem voltada à troca de ideias na intenção de desenvolver e multiplicar o ensino adequado ao aluno surdo.

A ação docente deve ser fruto de planejamento, de pesquisa, de comprometimento do professor com a aprendizagem de seus alunos. Assim, a prática pedagógica fica entrelaçada em métodos de ensino adequado e de acordo com ajustamento que atenda as necessidades dos alunos surdos. As atitudes do professor em relação às adaptações são competências e habilidades sendo desenvolvidas. A aptidão e competência do professor estão diretamente relacionadas com o compromisso da profissão e da responsabilidade com o ensino e aprendizagem dos alunos.

Os professores expressam seus conhecimentos, orientam atividades, conduzem o processo avaliativo, expõem seus valores, tomam decisões, enfim, a ação docente configura-se em diferentes momentos durante o processo de ensino buscando conduzir um relacionamento interativo com as ações dos alunos, capaz de produzir efeitos positivos na aprendizagem. Por sua vez, o aluno, através de suas interações com o professor e seus pares, evidenciando seu nível de atenção dedicada às atividades de aprendizagem realizadas, irá confluir para um determinado rendimento escolar, capaz de suscitar novos processos de pensamento, desencadeando novas ações. Rendimento do aluno, ações do professor e ações do aluno formam uma tríade cíclica promotora e, ao mesmo tempo, receptora dos processos de pensamento do professor, constituindo-se, assim, em duas faces de uma mesma moeda (BRAZ, A. M. G. 2007, p. 372).

A influência exercida pelo professor em sua prática pedagógica em relação ao aluno deve ser estabelecida no sentido da socialização para que assim, se preserve os valores e crie abertura de debates na construção da informação consciente e democrática. As informações trocadas na sala de aula ou no ambiente escolar devem ser de total integração para que o aluno se sinta parte integrante do ambiente educacional. O professor é o principal ator dessa acessibilidade, ele atua como mediador e incentivador da atitude de mudança e transformação do aluno surdo.

A falta de preparo do professor que atende aluno surdo pode a aprendizagem do aluno e prejudica a habilidade natural de transformar as informações em ações.

4.2 A SURDEZ

No contexto da educação, faz-se necessário a definição de surdez ou deficiência auditiva. De acordo com o Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999 e alterado pelo Decreto nº 5.296/2004, fica definida a deficiência auditiva como a perda bilateral, parcial ou total, de 41decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 24), onde a partir do diagnóstico de surdez começa a luta por direitos e educação efetiva da pessoa surda. Assim, segundo Santiago (2003):

[...] concepção sobre deficiência, [...] esclarece que tal termo é oriundo da Revolução Industrial, e que neste período o deficiente é (foi) considerado o não eficiente, o contrário do economicamente produtivo. [...] Tem muita gente que enxerga, que ouve que anda que diz que tem desenvolvimento cognitivo dentro dos padrões ditos normais e encontra muito mais dificuldade do que muitas outras pessoas que ou não enxergam, ou não ouvem, não andam e que não ficam limitadas e impedidas de fazerem as coisas no campo profissional, no campo afetivo, no campo social, lazer [...] então não é a deficiência, não pode e não deve ser reduzida ao dado biológico, a limitação orgânica é uma coisa e a deficiência, entre aspas, no nível social é algo completamente diferente e que não depende diretamente da condição orgânica (SANTIAGO, 2003, p. 23).

A audição humana é composta por um sistema de evolução definida como uma onda mecânica produzida por compressão e descompressão do ar e essas vibrações são transmitidas para o canal auditivo que capta esses sinais elétricos e os envia para o cérebro através de nervos auditivos (ARAGON, SANTOS, 2015 Deficiência auditiva/surdez: conceitos, legislações e escolarização p. 124 com adaptação). Assim que ocorre qualquer interferência nesta transmissão entre a captação de ondas até o processamento no cérebro é denominado de perda auditiva. Existem várias formas de distorção na transmissão, algumas são de causas genéticas, viroses, toxidade, medicamentosas, meningite, exposição recorrentes a barulhos.

A hipoacusia - perda parcial ou total de audição se classifica em três tipos de deficiência auditiva, são eles: Mista, combinação de perda auditiva sensorineural e condutiva por problemas no ouvido externo, como do médio

ou do ouvido interno. Ocorre quando há alteração na condução do som até o lugar denominado de terminal sensorial, ou seja, ouvir os sons em volumes muito baixo e dificultando assim, sua compreensão; neurosensorial, é a perda auditiva irreversível é causada por lesão de células e uma vez danificadas não podem ser recuperadas; perda auditiva de condução, são interferências na transmissão do som do ouvido externo para o ouvido interno. Podem ser causadas por tampões de cera, inflamação, perfuração do tímpano, malformação congênita, otite externa ou interna.

Existe uma definição de deficiência auditiva/surdez, que é aquele indivíduo que capta som, mesmo que com baixa frequência ou uso de equipamento ou aparelho específico para tal. Existe também o indivíduo que é definido como surdo por não conseguir captar nenhum som ou ruído e Campos (2014) os define como surdo de fato;

[...] aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social (CAMPOS in LACERDA; SANTOS, 2013, p. 48).

Há diferença entre pessoa surda e pessoa com deficiência auditiva. As diferenças são acentuadas de acordo com o grau de comprometimento auditivo. Para as pessoas nascidas surdas e já inseridas neste contexto, culturalmente e socialmente, torna-se mais fácil acompanhar ou desenvolver habilidades educacionais e sociais com mais facilidade. Contudo, todos os sujeitos surdos com essas características ou não, são competentes e possuem capacidade de aprender e desenvolver qualquer atividade ou habilidade proposta.

Basicamente a educação para surdos é desenvolvida como visogestual, onde a visão e a coordenação motora são utilizados em forma de expressões faciais e corporais. A comunicação com a pessoa surda se torna melhor e mais efetiva quando o diálogo é compreendido pelas duas partes, ou seja, como a audição do surdo é toda desenvolvida por seu campo de visão, a comunicação deve ser de preferência em língua de sinais.

A Língua Brasileira de Sinais é a linguagem mais adequada de comunicação com o surdo quando a surdez é considerada profunda. Essa comunicação

expressa liberdade, inclusão, conhecimento e respeito. Se o sujeito surdo possui sua própria forma de comunicação, então, ela deverá ser preservada e inserida como parte de sua cultura.

4.3 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

No direito à educação da pessoa surda, o pertencimento e acolhimento são necessários para que a inclusão seja o meio efetivo da convivência natural e ideal no desenvolvimento do aluno surdo. Essa integração já é a própria inclusão em prol das relações sociais e educacionais sem rótulos ou maquiagens. De acordo com Mantoan:

[...] a inclusão é, como muitos a apregoam, “um caminho sem volta”. Nunca é demais, contudo, reafirmar as condições em que essa inovação acontece, marcando, grifando na consciência dos educadores o seu valor, para que nossas escolas atendam à expectativa de seus alunos, do ensino infantil à universidade (MANTOAN, 2003, p. 48).

A transformação das ações positivas de inclusão nos ambientes de educação deve ser constante, ao passo que errar neste contexto pode deixar marcas definitivas no aluno e esse processo de reparação retarda o pertencimento natural e pedagógico do ser em formação. Todas as formas de inclusão devem ser inseridas no cotidiano da escola, bem como a sua prática derramada como crescente fonte de desenvolvimento e conhecimento.

A educação é para todos, e isso significa totalidade, inteiro, completo e universal, essa compreensão é a base de novos horizontes sem diferenças nem separação. A escola deve traduzir de maneira clara e evidente esse acolhimento para que não haja dúvidas nem margem para outros comportamentos. Mantoan fala das diferenças e empenho de todos em prol da inclusão:

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão! O movimento inclusivo, nas escolas, por mais que ainda seja muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional,

convence a todos pela sua lógica e pela ética de seu posicionamento social (MANTOAN, 2003, p. 48).

O ambiente de aprendizagem deve ser de total democracia, o professor precisa ter consciência e atenção para que possa atender toda a turma sem exceção, formando assim, a partir das vivências e conhecimentos de cada aluno uma grande teia de compartilhamento de conhecimentos e experiências.

A democratização do processo de ensino torna a aprendizagem leve, prazerosa e faz com que o aluno queira continuar se apropriando dessa fonte de conhecimento dentro da sala de aula. É importante que o aprendizado seja eficaz e eficiente para que aos poucos ganhe confiança e seja compartilhado como fonte de experiência se expandindo para fora da sala de aula e chegue até as comunidades e de lá para muito mais distante, pois foi objeto de apropriação concreto. Ter a visão do ensino macro e do micro é muito importante, para que possa ter uma profunda base de apoio e assim, transformar sempre desafiando a capacidade criativa de cada aluno em um ambiente de interação. A revolução do processo pedagógico de aprendizagem para alunos surdos acontece quando existe comunicação entre todos do mesmo ambiente. Mantoan diz:

A sala de aula torna-se assim um lugar de pesquisa, de experimentação, de comunicação e compartilhamento de resultados dos estudos, de discussão das tarefas realizadas e consequente de revisão e complementação do conhecimento introduzido nas aulas de apresentação do conteúdo (MANTOAN, para uma escola do século XXI, 2013, p. 107).

O professor é o mediador e está entre o conhecimento e a ação da prática docente pedagógica, é ele quem constrói e transforma as informações de seus alunos, é quem acolhe, molda e estrutura através de sua criatividade, doação de competência didática e pedagógica. A dimensão de sua competência e habilidade está em abranger todos os alunos sem diferenciá-los ou podar sua capacidade criativa em função de sua especificidade.

Ao incluir alunos surdos em sala com maioria ouvinte, têm se o desafio de desenvolver ação docente adaptada quando se fizer necessário, de forma que respeite a individualidade, capacidade e necessidade do aluno. Para que

haja a valorização das diferenças e respeito à diversidade, é necessário tornar o ambiente escolar acolhedor e com múltiplas ações que transforme a comunicação em aliado comum, respeitando e construindo o ensino democrático.

A formação de professores deve ser desenvolvida consciente, que seja voltada para o ensino e aprendizagem do aluno surdo e suas perspectivas de total integração. Segundo Saviani:

[...] a formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado (SAVIANI, 2010, p. 53).

4.4 FORMAÇÃO, HABILIDADE E COMPETÊNCIA DO PROFESSOR

A criticidade é o tônico para embasar a dimensão da construção dos objetivos dentro da ação docente. A ação pedagógica na educação para alunos especiais tende a gerar atitude criando assim, demanda na capacitação dos docentes e adequação na sala de aula. A questão da formação continuada deve ser constante para que o profissional tenha segurança e meios diversificados para proporcionar ao aluno, clareza e compreensão nos assuntos abordados em sala.

Como o ambiente escolar está sempre em construção, e se desenvolvendo, muitas são as mudanças e desafios diários para se superar e implementar na educação do surdo. Assim, o desenvolvimento dessa educação, começa com mudanças positivas e includentes, além da reflexão sobre a ação que será desenvolvida, onde é possível transformar teorias em práticas dialógicas bem construídas, planejadas e adaptadas. Para desenvolver uma efetiva mediação entre ensino e aprendizagem do sujeito surdo, torna se necessário uma formação continuada para que as habilidades e competências do docente estejam sempre em construção. O ambiente escolar deve favorecer

a inclusão em todos os aspectos, favorecimento esse, que inclui a comunicação do corpo docente e demais funcionários do ambiente educacional.

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem um “lugar” na escola (BRASIL, MEC 2004, p.21).

A qualificação e especialização do professor são competências que devem ser aprimoradas no decorrer da carreira assim, como os desafios na atuação profissional e as ações que o define como professor, pesquisador e mediador. O professor precisa desenvolver a didática diferenciada e capaz de atender a todos, mas também, ser um observador de seus alunos desde o primeiro dia de aula para que possa conhecer cada um, sua história, seu jeito, desenvolvendo diálogos, para construir autonomia e experiência no processo de ensino e aprendizagem.

[...] os educadores, professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia deem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos (CORREIA, 2008, p.28).

A escola deve passar por transformações se necessário, para que essas modificações atendam todo o conjunto de alunos, pois o ensino deve ser capaz de abranger as especificidades de todos ali inseridos. Assim, o processo de ensino e mediação da aprendizagem, deve passar por adaptações curriculares individualizadas para atender a singularidade de cada aluno surdo, bem como sua especificidade no diz respeito a sua condição de aluno surdo ou com algum grau de surdez.

[...] que o currículo atenda as particularidades de todos no processo educativo, a experiência visual sobressai a oralidade, ações afirmativas que reforcem a cultura e identidade do surdo e sempre tendo a responsabilidade que precisamos promover cidadania e

assim poderemos oportunizar os direitos de todos na construção de uma sociedade mais igualitária (MARQUES,2013, p. 2117).

4.5 ABORDAGENS NA COMUNICAÇÃO DO ALUNO SURDO

Neste ponto, serão descritas algumas formas de comunicação do sujeito surdo, são chamadas de abordagens da comunicação do surdo ou filosofia da comunicação que são utilizadas para a comunicação no ensino do aluno surdo: oralismo, comunicação total, bilinguismo e LIBRAS. Cada uma a fim de formar uma opinião reflexiva e crítica a respeito e suas contribuições para a comunicação do sujeito surdo.

Durante muito tempo o assunto da educação do surdo foi sempre muito angustiante por não ter uma forma pedagógica que conseguisse fazer com que o sujeito surdo compreendesse e interagisse com o outro. Isso gerava muita dificuldade e esse rumo que o processo tomava, refletia como algo negativo e quase inacessível para o surdo se comunicar.

Por volta do século XVI chegou ao consenso que o sujeito surdo era capaz de aprender, quando a criança que nascia surda dentro de família que era abastada, contratavam um preceptor para ensiná-la a falar. Toda a educação era baseada na fala, o objetivo era ensinar o surdo a falar e entender a língua falada e inserir o sujeito no mundo ouvinte, partindo desse ponto foi sendo desenvolvido a leitura labial. Essa habilidade foi se juntando a diferentes técnicas utilizadas para obter o sucesso esperado e com isso, nascia o que hoje chamamos de oralismo. Adaptado do texto de (LEANDRO, F. V. p. 9, 2017).

4.6 ORALISMO

O oralismo é uma das abordagens de comunicação do surdo, que revolucionou a comunicação do sujeito surdo em tempos remotos. Foi defendida como o único meio de ensinar de forma falada Essa abordagem foi sugerida e defendida no Congresso Internacional de Educação de Surdos em Milão no ano de 1880 de 06 a 11 de setembro, organizado e defendido por especialistas ouvintistas. Foi decidido em votação a proibição oficial do uso da língua de sinais na educação do aluno surdo, a votação teve 164 delegados em

sua maioria oralistas franceses e italianos, os quais saíram vitoriosos. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos estavam presentes e foram contra a proibição, muitos professores surdos também estavam lá, tentando de alguma forma reivindicar a continuação da língua de sinais, foi em vão, o oralismo venceu e foi implementado como única abordagem a ser usada na educação do aluno surdo (Citado por Razuck. 2011, com adaptações).

A abordagem oralista usada no ensino para aluno surdo tem como objetivo estimular a audição e fala usando técnicas e meios de fazer o aluno surdo um ouvinte e falante inserindo o na cultura ouvinte. Nesta abordagem o aluno é submetido às várias metodologias com auxílio de fonoaudiólogo e a família. Neste processo de aquisição da linguagem oral, fica determinado por fim, a proibição da língua de sinais. De acordo com a tese de Razuck (2011):

A proposta oralista utiliza diferentes métodos como: o oralismo puro ou estimulação auditiva – na qual a criança é exposta a sons da fala – iniciado o mais cedo possível, é realizado por meio de exposição a sons isolados, depois a palavras e, por fim, a sentenças e textos mais longos [...] leitura labial só para crianças com melhor resíduo auditivo [...] e a família seja presente no processo de estímulo à comunicação (RAZUCK, 2011, p. 33,34).

A estimulação da audição por aparelhos de amplificação sonora individual e exercícios para o desenvolvimento da fala e leitura labial foram os recursos mais utilizados na corrente oralista e por aproximadamente 100 anos perdurou a imposição de forçar a pessoa surda falar, na maioria das vezes uma tortura. O oralismo sempre foi uma imposição da sociedade de maioria ouvinte, por isso dominante, sobre uma pequena parcela de pessoas surdas que sem apoio se submeteu à metodologia do oralismo.

4.7 COMUNICAÇÃO TOTAL

Essa abordagem é conhecida como filosofia que utiliza várias formas de ensino a qual se espera que se adeque melhor as necessidades do sujeito surdo. A principal preocupação dessa abordagem é a comunicação em si, ela defende o uso de qualquer código que possa ser usado como recurso entre diálogos. A comunicação total faz uso de todos os meios que possa facilitar e ajudar a comunicação como: língua falada, língua de sinais, datilologia,

linguagem escrita, outros códigos e sistemas que possam servir como meio de comunicação.

Dentro dessa abordagem de comunicação entre surdos e ouvintes, houve uma melhora significativa no campo não escolarizado, ou seja, no ambiente familiar e social. A comunicação total tem o bimodalismo como atenuante de bloqueios da comunicação da pessoa com surdez, para tanto, entende que esse meio supre e atende a necessidade do sujeito surdo, para que não fique sem comunicação. Essa abordagem tem como base a liberdade de escolha sobre qual método o surdo se identifica melhor, porque essa abordagem se propõe a disponibilizar os recursos e meios para que seja efetivo o meio de interlocução.

Uma diferença marcante entre a Comunicação Total e as outras abordagens educacionais constitui-se no fato de que a Comunicação Total defende a utilização de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais, para propiciar a comunicação com as pessoas com surdez. A Comunicação Total valoriza a comunicação e a interação e não apenas a língua. Seu objetivo maior não se restringe ao aprendizado de uma língua. Outro aspecto a ser salientado é que esta filosofia respeita a família da criança com surdez. Acredita que cabe à família o papel de compartilhar valores e significados, formando, junto com a criança, através da possibilidade da comunicação, sua subjetividade. Os defensores da filosofia da Comunicação Total recomendam então o uso simultâneo de diferentes códigos como: a Língua de Sinais, a datilografia, o português sinalizado, etc. [...] nesse sentido a Comunicação Total acredita que esse bimodalismo pode atenuar o bloqueio de comunicação existente entre a criança com surdez e os ouvintes. Tenta evitar que as crianças sofram as consequências do isolamento. (POKER, 2007, p. 7).

Essa abordagem foi adotada em muitos países com o intuito de facilitar a leitura e a escrita dos alunos surdos, ela teve seu ponto mais alto em apropriação quando foi realmente conscientizado que a imposição do oralismo como única forma de comunicação estava submetendo o surdo sem direito de escolha e até usando de violência para que este se apropriasse do oralismo sem que nunca fosse possível usar a língua de sinais.

Com a filosofia da Comunicação Total e a consequente adoção da língua falada e sinalizada nas escolas e nos lares, as crianças começaram a participar das conversas com seus professores e familiares, de um modo que jamais havia visto desde a adoção do oralismo estrito. No fim dos anos 1960 e início dos anos 1980, na

Dinamarca, por exemplo, o progresso se tornou tão aparente que a sinalização da fala usada na comunicação total foi logo adotada como “o método” por excelência. (CAPOVILLA, 2000. p. 104).

Essa abordagem valoriza a diversidade dos meios comunicativos, mas, não trouxe avanços nem melhoramentos na questão acadêmica do aluno surdo, sofreu muitas críticas sobre o processo de desempenho da leitura e escrita dos alunos surdos.

4.8 BILINGUISMO

Bilinguismo é uma abordagem que cresce naturalmente por ser uma experiência com a língua natural do surdo como primeira e a segunda como a língua oficial e majoritária de seu país. Essa experiência tem aproximadamente uns trinta anos de implantação, sendo considerada ainda muito recente por alguns países, mas, já com resultados muito positivos. No Brasil esse processo de implantação está começando aos poucos, mas é preciso que os profissionais da educação se qualifiquem quanto a língua brasileira de sinais para que a ação na sala de aula flua e diminua, assim, o grande índice de fracasso escolar do aluno surdo que, por falta de respaldo na comunicação, desestimula e evade da escola. Adaptado do texto de: (FESTA, P. S. V; OLIVEIRA. D. C; p. 7, 2012).

No Brasil, a abordagem da corrente do bilinguismo, define a língua de sinais como primeira língua da pessoa surda e o português como segunda língua assim, no contexto escolar, o aluno surdo vai se comunicar por língua de sinais e será alfabetizado em português para que possa dominar a escrita e leitura na língua majoritária. Algumas pesquisas afirmam que o bilinguismo atende às necessidades da comunicação, compreensão e fluência da escrita. Essa corrente defende que o estudante seja alfabetizado em português, no caso do Brasil, e que possa se comunicar na língua brasileira de sinais onde está sua raiz, sua comunidade e sua cultura valorizando assim, seu jeito e sua forma de se relacionar com sua identidade social e familiar.

A preocupação do bilinguismo é respeitar a autonomia das línguas de sinais organizando-se um plano educacional que respeite a experiência psicossocial e linguística da criança com surdez. Quando

o professor ouvinte conhece e usa a Língua de Sinais, tem condições de comunicar-se de maneira satisfatória com seu aluno surdo. A introdução da Língua de Sinais no currículo de escolas para surdos é um indício de respeito a sua diferença. É o que caracteriza uma escola inclusiva para esse alunado (POKER, 2007, p 9).

Uma das maiores preocupações do bilinguismo hoje é a capacitação dos professores e reestruturação do sistema educacional para que possa atender esse público de modo igualitário construindo uma sociedade integradora.

4.9 LIBRAS

A língua Brasileira de Sinais é essencial para a comunicação entre o professor e aluno surdo, ela é a base para que haja interação no processo de transmissão, construção e aquisição do conhecimento do aluno surdo. Skliar traduziu muito bem sobre essa ferramenta de comunicação.

[...] a língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecemos usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências linguísticas, comunicativas e cognitivas por meio do uso da língua de sinais. [...] esta permitirá que os surdos constituam uma comunidade linguística diferente e não que sejam vistos como um desvio da normalidade. (SKLIAR 1997, p.141).

A conquista deste meio de comunicação revolucionou a educação do sujeito surdo. Sua autonomia e liberdade de expressão estão evoluindo de forma sólida e com raízes na cultura dos surdos. Sua importância e dimensão são a própria história de seu trajeto sinuoso até aqui. O sujeito surdo carecia de identidade de comunicação que o identificasse e ao mesmo tempo pudesse compartilhar com seus pares e comunidade. A língua brasileira de sinais proporciona essa característica e eleva o aluno surdo a uma liberdade de comunicação a qual potencializa seu conhecimento e o qualifica para maiores descobertas.

Essa ferramenta de comunicação é o canal entre professor e aluno, sem esse meio as informações sofrem distorções, podendo gerar outros

significados e até mesmo acarretando outros fatores na construção do processo de aprendizagem para o aluno surdo.

4.10 BASE LEGAL

A construção de uma sociedade autônoma, íntegra e autossuficiente tem princípios baseados em liberdade e respeito aos direitos inerentes a cada pessoa. A transformação e conquista dos direitos da pessoa surda, passa a ser uma realidade concreta com perspectivas e emancipação legal, calcada no respeito à diversidade, liberdade e igualdade. Com base nessa conduta, e direcionada ao firme propósito dos direitos conquistados e outros que ainda estão por vir, estão sendo lavrados e disseminados novos preceitos a quem por direito os busquem.

Diretamente ligados à pessoa surda e com o intuito de garantir seus direitos, as novas conquistas estão sendo forjadas e se fortalecem na forma de leis, decretos e declarações assegurando assim, o tão sonhado reconhecimento da capacidade e autonomia intelectual, pessoal e social do surdo. Toda a gama de direitos conquistados forma um conjunto de vitórias que resgata a dignidade e os direitos humanos desses sujeitos.

Algumas ações internacionais se tornaram referências e foram documentos inspiradores nas mudanças de ações e de respeito às diferenças no âmbito da pessoa com necessidade especial em destaque o sujeito surdo e a preservação de seus direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, ressalta a importância da garantia de educação para todos sem exceção. Essa conquista foi o primeiro grande marco para a aquisição dos direitos que foram sendo conquistados posteriormente. Vários segmentos se formaram para tornar mais forte os direitos humanos e em prol da dignidade da pessoa humana e principalmente à educação (DECLARAÇÃO UNIVERSAL dos DIREITOS HUMANOS. 1948).

A Convenção da Guatemala aconteceu em 1999 e reforça de forma universal o direito do homem sem distinção, promovendo o respeito ao ser humano em relação a sua dignidade, liberdade e respeito às diferenças. Essa conquista serve para que cada especificidade de limitação da pessoa em

condição especial, não seja sinônimo de limitação (Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf) com adaptações.

A Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão, aprovada pelo Congresso Internacional Sociedade Inclusiva em Quebec no Canadá, em 05 de junho de 2001. Com as prerrogativas de que toda a sociedade seja engajada e responsável por seu desenvolvimento, promoção e planejamento, inclusive na educação para que todos recebam os benefícios da inclusão social e sustentável e que desenvolvam em seu estilo de vida essas atitudes pró ativas. Essas pequenas atitudes quando se juntam, mudam comportamentos e transformam uma sociedade. Texto com adaptação e disponível em (http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf).

A Convenção da ONU, que aconteceu em 13 de dezembro no ano de 2006 que trata sobre os direitos das pessoas com deficiência, determina em seu Artigo 24 o direito a educação e inclusão em todos os seus níveis e a obrigação dos Estados de assegurar um sistema de educação inclusivo em todas as etapas e categorias do ensino, em ambientes que possam potencializar o crescimento acadêmico e social e que coexista com a meta de inclusão absoluta. O Texto foi adaptado do portal MEC: (portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, foi um plano de ação para satisfazer as necessidades Básicas de Aprendizagens com o firme propósito de desenvolver educação que contemple todos com aproveitamento real e essencial para sustentar uma vida digna, principalmente as crianças, jovens e adultos com necessidades básicas de aprendizagem, como escrita, cálculos, leitura, expressão oral, resolução e desenvolvimento de problemas, foi criado na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien na Tailândia no período de 05 a 09 de março de 1990, mais conhecido como Conferência de Jomtien, fundamentando assim a educação como um direito humano básico para todas as pessoas. Texto adaptado do portal UNICEF; (https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm).

A Declaração de Salamanca foi um marco em direitos à inclusão da pessoa com necessidade especial e dentre eles a pessoa surda. O respeito às diferenças foi o ponto crucial para trazer à tona a educação para todos onde

engloba a educação especial e suas especificidades, consolidando a educação inclusiva como um direito humano conquistado.

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (DECLARAÇÃO de SALAMANCA, 1994, p.1).

Esse marco na história da educação especial repercutiu de forma positiva em vários países, com alcance para a mudança política na educação especial e todos os segmentos que deverão se adequar para o desenvolvimento da educação para todos.

A legislação educacional para o sujeito surdo no Brasil foi sendo conquistada aos poucos com muita luta das comunidades surdas, esses conjuntos de leis favoreceram e continuam ampliando e adaptando as várias formas de perda auditiva bilateral, parcial e total.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, Art. 205), afirma que é direito de todos e dever do Estado para com a educação, porém, com a participação da família. Será propiciada, incentivada e promovida com a ajuda da sociedade, objetivando o pleno crescimento da pessoa e seu desenvolvimento para o exercício da cidadania, bem como, sua qualificação para o trabalho. Em seu artigo 3º, inciso IV a Constituição de 1988, tem como objetivo a promoção do bem de todos, sem preconceitos de sexo, cor, raça, origem, idade ou qualquer outra forma de discriminação, reafirmando assim, direitos iguais.

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989), lei que legisla sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de necessidades especiais, determina a educação especial como uma modalidade transversal, ou seja, facilitar, fomentar, integrar a todos as etapas e modalidades da educação, ressaltando a ação complementar da educação especial ao ensino regular. Essa lei assegura os direitos do sujeito com

deficiência e sua integração social os direitos básicos como: direito ao lazer, ao trabalho, a educação, a saúde, à previdência social, à infância, à maternidade e no que concerne a vida.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9.394/96, (BRASIL, 1996, Art. 58,59), veio para regulamentar a educação especial e garantir apoio especializado e atender as especificidades de cada aluno, abrangendo também a educação do estudante surdo. No artigo 59, propõe que o sistema regular de ensino garanta aos alunos especiais um currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a funcionalidade específica para os alunos que não conseguiram atingir o nível exigido para concluir o ensino fundamental em virtude de sua especificidade e; a aceleração de estudos aos alunos com altas habilidades para conclusão das etapas escolar.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), alterado pelo Decreto n.5.296/04 (BRASIL, 2004, Art. 5º), traz definições no que tange à pessoa com necessidade especial e considerando cada especificidade, na surdez a definição do que é considerado surdo: deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.

Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, trata como hipoacusia ou surdez.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL,2000, Art. 1º, 2º), estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade. Dar condição para utilização com segurança e autonomia de espaços, mobiliários e equipamentos, transportes, informação e comunicação urbanos, edificações.

O Decreto nº 3.956/2001 (BRASIL, 2001), declara que todos os brasileiros têm os mesmos direitos sem exceção e garantia a liberdade em todas as suas dimensões. Também define como discriminação toda diferenciação ou exclusão que possa obstruir ou anular a execução dos direitos humanos e de sua liberdade fundamental.

Essa conquista serve para que a especificidade de limitação da pessoa em condição especial, qualquer que seja a causa ou a severidade de sua

limitação imposta em sua condição, não seja sinônimo de deficiência na vida e em suas atribuições, impõe que os demais direitos assegurados por lei, devam ser usufruídos por todos, sem exceção.

O Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001, (BRASIL, 2001, Art. 1º ao 3º) promulga a convenção Interamericana para acabar com Todas as formas de discriminação e preconceito as pessoas diferentes, que tenha alguma limitação de qualquer natureza.

Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade [...] para alcançar os objetivos desta Convenção, os Estados Partes comprometem-se a: 1. Cooperar entre si a fim de contribuir para a prevenção e eliminação da discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. 2. Colaborar de forma efetiva no seguinte: a) pesquisa científica e tecnológica relacionada com a prevenção das deficiências, o tratamento, a reabilitação e a integração na sociedade de pessoas portadoras de deficiência; e b) desenvolvimento de meios e recursos destinados a facilitar ou promover a vida independente, a autossuficiência e a integração total, em condições de igualdade, à sociedade das pessoas portadoras de deficiência. 1. Cooperar entre si a fim de contribuir para a prevenção e eliminação da discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. 2. Colaborar de forma efetiva no seguinte: a) pesquisa científica e tecnológica relacionada com a prevenção das deficiências, o tratamento, a reabilitação e a integração na sociedade de pessoas portadoras de deficiência; e b) desenvolvimento de meios e recursos destinados a facilitar ou promover a vida independente, a autossuficiência e a integração total, em condições de igualdade, à sociedade das pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL, 2001, Art. 3º, 4º).

Este decreto foi mais uma vitória para todas as pessoas com ou sem necessidades especiais, porque a inclusão é a eliminação da discriminação, é a conscientização e respeito as diferenças é a transformação dos sujeitos em relação ao seu papel na evolução da sociedade, é, portanto, a integração social.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002, Art. 1º ao 5º), define sobre a Língua Brasileira de Sinais. Dispõe como forma de comunicação e expressão legitimada do surdo. Sua definição é disposta como a forma de comunicação e expressão e o seu modelo linguístico é visual-motora, possuindo uma estrutura gramatical própria, através dos quais pode transmitir ideias e fatos em qualquer lugar.

O artigo 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no parágrafo segundo do artigo doze da Resolução 2/2001, de diretrizes Nacionais para educação especial no ensino básico diz:

Deve ser assegurada no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado a língua portuguesa, facultando-lhes às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequados, ouvidos os profissionais em cada caso (BRASIL, RESOLUÇÃO nº 2/2001).

Faz parte da base legal da educação todas as formas de inclusão e acessibilidade à educação em as suas etapas ofertadas à pessoa com qualquer tipo de limitação. A escola inclusiva tem a proposta de abrir precedentes interdisciplinares e contextualizar a prática docente entre aluno e ações pedagógicas.

O professor tem na construção de suas ações pedagógicas as adaptações planejadas, sabendo que cada aluno é um ser único com suas próprias características. Contudo, torna-se mais acentuado a atenção ao desenvolvimento intelectual, sensorial e psicológico do aluno surdo seja por meio de articulação com a interdisciplinaridade ou disponibilização de outros meios adaptados de chegar até o aprendizado efetivo desses alunos.

Existe lei específica quanto aos recursos pedagógicos e suas demandas direcionadas para o desenvolvimento do aluno em condições diferenciadas de aprendizado. Segundo o Decreto 7.611/11 (BRASIL, 2011), no artigo 3º, são citados os objetivos do suporte para a educação especial:

- I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (DECRETO 7.611 BRASIL, 2011).

Inclusive, é importante salientar que investir na formação do professor, que é o principal mediador deste processo é essencial para o sucesso integral

da educação especial. A lei 12.796/13, (BRASIL, 2013 Art. 4º) em que especifica a organização das formas pedagógicas e compreende as especificidades de cada aluno. O artigo quarto é bem específico ele dispõe sobre a gratuidade do atendimento educacional especializado aos educandos com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação, garante ainda, a transversalidade a todos os níveis, etapas e modalidades. Essa lei favorece o atendimento à educação especial e aos alunos com altas habilidades, ela determina também que é obrigação dos pais matricularem seus filhos na escola a partir dos 04 anos de idade. Esta determinação foi incorporada a Lei de Diretrizes e Bases da educação.

5 - ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

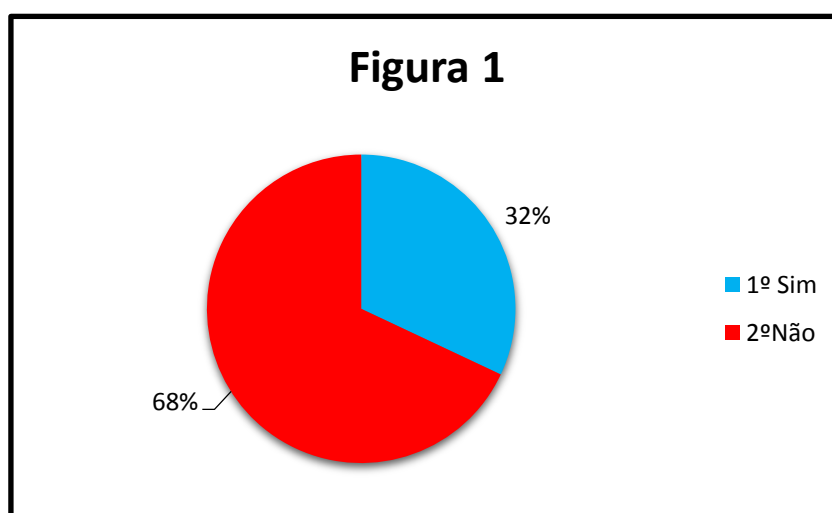
Para esta pesquisa foram distribuídos no período matutino 12 questionários aos professores que ministram aulas para alunos surdos em sala comum; no 8º ano B foram aplicados 7 questionários e no 9º ano E, foram 5. No período vespertino foram: 6º ano C, 7questionários, 7º ano C, 3 questionários e 9º ano F, 5 questionários, foram 15 questionários aplicados. Na análise dos dados sobre o perfil dos docentes, destacamos que a maioria das professoras é do sexo feminino, com idade aproximada entre 22 a 47 anos e tempo de atuação variando entre “recém contratadas” até “em fase de aposentadoria”.

No desmembramento das perguntas do questionário, foi perguntado se ele, o professor, tem algum curso na área de Educação Especial: 16 docentes responderam que não fizeram ou não possuem nenhum curso na área de Educação Especial. Em seguida, foi questionado se ele, o professor, se sente preparado para atender alunos surdos: 18 professores responderam que não estão preparados para atender alunos surdos; 6 professores disseram sentir-se preparados e 3 professores marcaram no questionário as duas opções “sim” e “não” – tornando ambígua a resposta.

Depois foi perguntado ao professor se conhece o idioma **libras**. Nesse sentido, 17 professores disseram que não sabem libras, 8 disseram que sabem e apenas 2 responderam “mais ou menos”. Então foi-lhes perguntado se

mantêm comunicação em aula com alunos surdos. As respostas foram variadas: por leitura labial por parte do aluno surdo; apontando para o material impresso; gesticulando enfaticamente; caso necessite; pede ajuda na sala de recursos; através de gestos com auxílio da profissional de libras ou por gestos com ajuda de alunos que conhecem libras. A Figura 1 apresenta a distribuição dos professores quanto, a saber, ou não libras.

Figura 1 – Distribuição dos professores quanto ao conhecimento do idioma libras

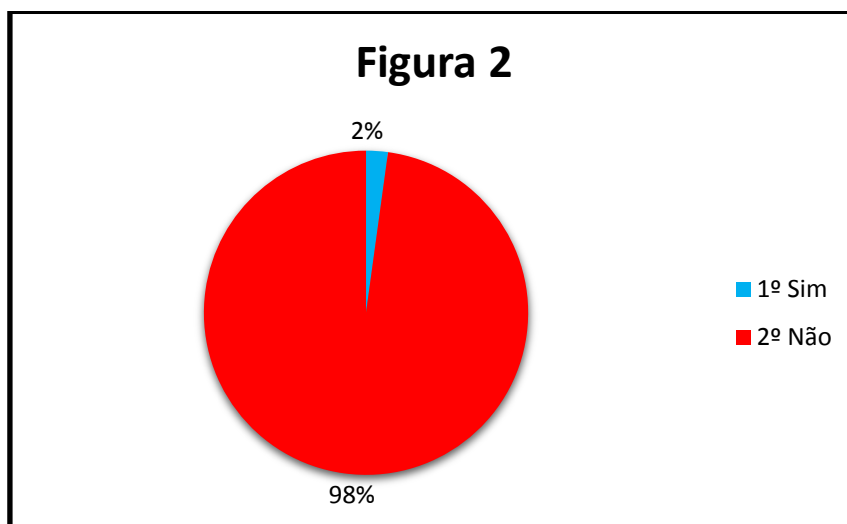


Fonte: a autora

Foi perguntado ao professor, como ele adapta a aula para atender o aluno surdo, as respostas foram diversificadas e difícil de quantificar, mas sempre com uso do que pode improvisar para o aluno surdo como: uso da pedagogia visual, dentro das possibilidades faz uso do material concreto (jogos, etc), aulas impressas e repassadas para o profissional que o acompanha, tenta usar o conhecimento básico de libras, às vezes usa imagens, uso de material de apoio com legenda em libras, uso do quadro com auxílio de gravuras, uso de tempo adicional para o aluno surdo, às vezes peço ajuda da sala de recursos, etc..., foi perguntado ao professor o que ele acha que é necessário para que melhore a educação dos alunos surdos, as respostas foram unânimes para a capacitação do professor.

Entretanto, os professores referem “não se sentirem preparados” para dar aulas utilizando libras (98%); e apenas 2% dos entrevistados disseram se sentir preparados para a atuação em libras. A Figura 2 ilustra esse dado.

Figura 2 – Distribuição dos professores quanto a “sentir-se preparado para atuar em libras”.



Fonte: a autora

Os resultados revelam a dificuldade dos professores que não se capacitaram para trabalhar em salas com alunos surdos. É preciso que o professor saiba organizar suas metodologias e estratégias para desenvolver o ensino efetivo e facilitar a aprendizagem do aluno surdo, com capacitação e reflexão para atender a diversidade da sala de aula.

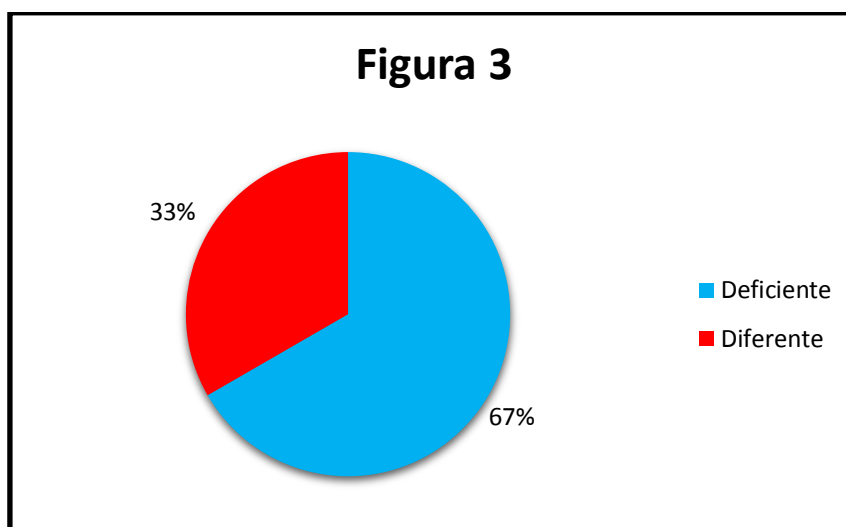
As transformações na educação do sujeito surdo ainda passam por ajustes legais, onde a legislação repercute em responsabilidades para todos. O professor deve ter a visão do tamanho da importância da sua capacitação e a influencia que isso representa no ensino para o aluno surdo.

A interligação nas questões do ensino, da investigação e das práticas escolares e a participação efetiva dos profissionais na formação dos futuros professores são fundamentais para que se crie um novo modelo de formação de professores. Não nascemos professores. Tornamo-nos professores por meio de um processo de formação e de aprendizagem na profissão (NÓVOA, 1992, p. 6).

O desconforto sentido por muitos professores em decorrência das dificuldades que ocorrem no âmbito do ensino para alunos surdos advém da falta de capacitação, seja no decorrer do exercício ou na formação inicial, quando ainda se tem a falta de maturidade docente. É preciso que o profissional invista na formação continuada e que desenvolva a prática docente consciente e reflexiva. E, diante da análise dos dados colhidos, fica a reflexão sobre a necessidade de qualificação na formação continuada, para que essa formação sendo inadequada e insuficiente não gere constrangimento ao docente nem seja uma barreira na aprendizagem do aluno surdo.

Foi perguntado aos professores se reconhecem seus alunos como “deficientes” ou como “diferentes” e o que isso significa para eles. A distribuição das respostas está na Figura 3.

Figura 3 – Distribuição dos professores quanto a “considerar o aluno deficiente ou diferente”.



Fonte: a autora

A consideração de que os alunos são diferentes ou deficientes remete às concepções de “fracasso escolar”, como explicados por Maria Helena Souza Patto (1999). A teoria da “deficiência” está ancorada na psicologia diferencial municiada de testes psicológicos que classificam as pessoas conforme suas dificuldades ou deficiências. Nesse caso a responsabilidade do fracasso é do

aluno, exclusivamente. Entretanto, quando pensamos que o aluno é “diferente”, nos remetemos à possibilidade de que suas características sejam próprias, únicas – como a surdez. Nesse caso a responsabilidade pelo fracasso poderia ser compartilhada entre o aluno, o professor e a instituição.

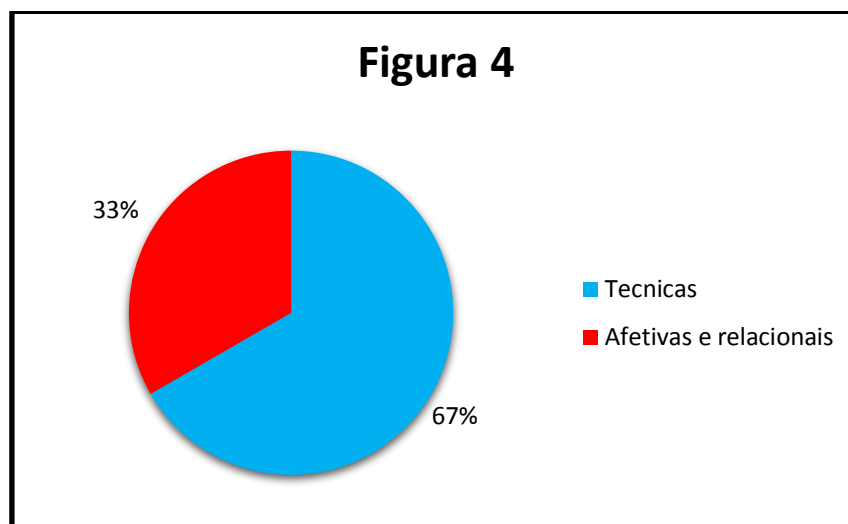
Os respondentes se posicionaram afirmando as deficiências do aluno em primeiro lugar, relacionando-as à dificuldade de ouvir, de interagir, de se relacionar. A deficiência seria a causa de todas as dificuldades e, portanto, o aluno deveria ter uma atenção especial. Aqueles que consideraram o aluno “diferente” admitiram que todos temos necessidades educacionais especiais; há os que possuem outro idioma (como inglês e espanhol) e que libras portanto não seria uma questão de “deficiência”, mas de “diferença” que deveria ser levada em consideração. Nesse sentido, apontam para a dificuldade do professor em ser plural, atendendo a tantas demandas. Isso remete à discussão da característica generalista (muito amplo) do pedagogo, que além de ter que se especializar em diferentes conteúdos, deve também aprender diferentes linguagens para o exercício da profissão. Assim, o desconforto do professor está relacionado à sua capacitação contínua.

Para preencher esta lacuna, foi perguntado “o que é necessário para se realizar um bom trabalho com aluno surdo”. As respostas disseram respeito a: ser capacitado em libras e na gestão da sala de aula com alunos surdos e não surdos; disponibilização de interprete e de material didático próprio; estrutura das coordenações adaptada à interdisciplinaridade; desenvolvimento de habilidades afetivas, humanas e amorosas em capacitações a fim de lidar com os alunos em suas especificidades.

De um modo geral, podemos distribuir as informações em relação às competências requeridas do professor com alunos surdos em dois grupos de necessidades. O primeiro grupo diz respeito a “necessidades técnicas” e o segundo grupo a “necessidades afetivas”. Majoritariamente (66%) os respondentes apontam necessidades relacionadas a questões de ordem técnica ou funcional. A responsabilidade pela competência recairia em primeiro lugar ao sistema de ensino, à escola, à falta de recursos e treinamentos específicos. Contudo, ainda expressivos 33% destacam aspectos relacionados a convivência como sendo competências imprescindíveis para o professor desempenhar com sucesso seu papel na escola. Em ambos os casos a

capacitação é apontada como iniciativa indispensável na promoção da qualidade do trabalho docente. A Figura 4 ilustra essas informações.

Figura 4 – Distribuição dos professores quanto a afirmação da necessidade de desenvolver competências técnicas e afetivas para atendimento do aluno surdo.



Fonte: a autora

As respostas ao questionário revelam tanto insegurança dos professores em relação à abordagem do aluno surdo, quando o desejo de serem capacitados e melhorarem técnica e afetivamente sua competência docente. Esse despreparo é perigoso para a formação do aluno, que no meio dessa fase de ajustamento, luta para ter um processo de aprendizagem que lhe ofereça condições de aprender e conquistar sua autonomia e efetivo desenvolvimento para o mundo acadêmico, profissional e social.

A importância do conhecimento, da busca por aperfeiçoamento de habilidades e competências por parte do professor de aluno surdo, dinamiza e efetiva a aprendizagem, preparando o discente e suprindo as singularidades de suas necessidades educacionais.

[...] Um conhecimento pedagógico geral – partindo da percepção de sua importância para a tarefa de mediar conhecimentos entre a criança e o mundo, o professor deveria ter à disposição um conjunto de saberes teóricos e práticos, que lhe fornecesse subsídios para uma atuação mais humanizada, coerente e consistente no respeito à

diversidade e às características próprias do alunado [...] as adaptações no processo de ensino considerando as individualidades, a disponibilidade para reorganizar conteúdos, a facilidade das adaptações, a construção e a utilização de materiais, entre outras [...] a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem como um norteador de informações e o desenvolvimento de habilidades e competências, de signos e significados, um aprendizado de relações simbólicas, de uma linguagem particular, de um discurso específico que nos outorga uma perspectiva para compreender o que sabemos e o que somos capazes de fazer, tanto no que se refere ao caráter tecnológico quanto no que compete às relações entre pessoas (POKER, MARTINS, GIROTO, 2016, p. 28, 29)

A formação continuada do professor o capacita para o desenvolvimento e atualização de competências em sua prática pedagógica crítica e reflexiva, fazendo-o perceber sobre a diversidade cultural e da pluralidade do ambiente escolar. O professor deve criar situações que permitam aos alunos vivenciar as suas práticas sociais, culturais e respeitar todas as formas de interpretação. Dessa forma, o aluno poderá ser o protagonista do seu próprio processo de aprendizagem, alguém que vai produzir a transformação, gerando informação e conhecimento próprio. Essas ações são possibilidades que nascem com a autonomia do professor que se capacita e adquire competência para diversificar e se preparar para ser mediador do ensino aprendizagem na educação do aluno surdo.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A peculiaridade do ensino do aluno surdo está se transformando ao longo do tempo. Mas as mudanças realmente significativas são ainda consideradas recentes. As adequações no campo educacional do sujeito surdo estão sendo ajustadas para que seus direitos e garantias sejam realmente inseridos em sua educação a partir do início de sua vida até sua maturidade.

Comunicação é sinônimo de transmissão de mensagem, sem essa ferramenta é impossível viver neste mundo moderno. Estar inserido nesse universo e não conseguir compreendê-lo, nem desvendar os milhares de códigos expressados pelas pessoas, deve ser assustador.

A história do aluno surdo sem uma língua para se comunicar, se expressar é como nascer e crescer em um lugar escuro, sem nunca ter saído de seu interior, sem nunca ter visto nem sentido o sol, o vento, a grama, é como um mundo sem cor e sem luz. A partir da aquisição da língua de sinais, tudo se transforma, como se no decorrer de sua aquisição, fosse nascendo um ponto de luz pequeno e distante, e que no firme propósito de continuar se desenvolvendo e crescendo na aprendizagem da língua de sinais, a mente fosse diversificando e se transformando. A partir de então, a luz se funde com a vida lá fora e surge a expansão de novas possibilidades, de um novo mundo que surge para o a exploração de muitas descobertas com o poder da comunicação e da expressão. Com adaptação do Mito da caverna de Platão (PLATÃO, A REPÚBLICA 1999).

Essa metáfora é uma forma de tentar entender o mundo dos alunos surdos antes da conquista da língua de sinais, a dificuldade que precisam enfrentar para sobreviver em um mundo de maioria ouvinte. Não conseguir se comunicar nem evoluir, é viver sem perspectiva de qualquer natureza. A importância da comunicação na vida, é o próprio desenvolvimento, é a evolução do ser humano. A língua brasileira de sinais trouxe para a pessoa surda à evolução onde a comunicação é à base do desenvolvimento em todos os sentidos.

Estudar em um ambiente onde existam pessoas que compreendam sua linguagem e seu jeito de se comunicar é se sentir incluso e apto a se desenvolver em ambiente propício ao crescimento educacional e transformador. A transformação da educação do surdo está na base de progressão do aperfeiçoamento em capacitação e formação continuada do professor, que no decorrer de sua vida profissional deve se atualizar para transformar o ensino em aprendizagem.

Conclui-se então, que a qualidade da educação do aluno surdo, passa por um processo que envolve a formação e capacitação do professor, essas ações promotoras tem o poder de modificar, construir e promover a efetiva educação do aluno surdo, sem elas, a aprendizagem fica precária e o ensino defasado.

7 - REFERÊNCIAS

ARAGON, Carmelina Aparecida; SANTOS Isabela Bagliotti, **Deficiência auditiva/surdez: conceitos legislação e escolarização**, disponível em: www.claretianobt.com.br/download?caminho=/upload/cms/revista/sumarios - Educação Batatais v. 5, n. 2, p. 119, 140 - 2015.

BRASIL, Decreto Lei Dispõe **sobre a Educação Especial** nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.

BRASIL, **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre a integração social da pessoa com deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas define crimes, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm. Acesso em 17 out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB** – Lei nº 9.394 de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto Lei nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Brasília, LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

BRASIL. **Lei 10.098** de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Lei 12.796** de 4 de abril de 2013.

BRASIL; MEC, SEESP. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004.

BRASIL; MEC, SEESP. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004.

BRAZ, A. M. G. **O pensamento do professor: Pressupostos e dimensões de estudos, contrapontos**, Itajaí, 2007.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. **Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes**. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFCSCar, 2013.

CAPOVILLA, F. C. **Filosofias Educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilingüismo**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.6, nº1, 2000, p.99-116.

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores**. 2. Ed. Editora Porto, 2008.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: www.unicef.org/brasil/pt/resources_10133.htm

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Princípios, Políticas e práticas em Educação Especial**. Espanha, 1994 Brasília: Corde, 1994.

EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Orientação Pedagógica**. Secretaria de Estado de Educação, Brasília, 2010.

FESTA, P. S. V; OLIVEIRA, D. C. **Bilinguismo e surdez: conhecendo essa abordagem no Brasil e em outros países**. Ensaio Pedagógico, Revista eletrônica do curso de pedagogia das Faculdades OPET, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas, 1999.

KELMAN, C. A; Branco. **Interações professor-alunos surdos em espaço escolar inclusivo no Distrito Federal**. Em: M.C. Marquezine, M.A. Almeida & E.D.O. Tanaka. Capacitação de professores e profissionais para Educação Especial e suas concepções sobre inclusão. Londrina: Eduel, 2003.

LEANDRO, F. V. **Socialização, inclusão e exclusão social e educacional dos surdos: Um olhar sobre a identidade dos sujeitos participantes dos projetos EAMES e SAB**. Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal de Viçosa, 2017.

LEGISLAÇÃO–**Educação Especial** Ministério Público do Paraná. Disponível em: www.educacao.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=34

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Editora Cortez, São Paulo 1994.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Para uma escola do século XXI**. Campinas – SP. UNICAMP/ BCCL, 2013.

MARQUES, Marcley, da Luz. **Formação de professores, contextos, sentidos e prática**. IFPB, Educare, 2017. VI Seminário internacional sobre profissionalização docente (SIPD/Cátedra Unesco). Disponível em: educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22957_11835.pdf

MURATA, Costa, Takahama. **Capacitação profissional para o ensino do aluno com necessidades educativas especiais na escola pública**, Porto Alegre, v. 6, n 1, 2013.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PLATÃO, **A república**. Tradutor Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

POKER, R. B. **Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez**. Módulo II Teórico. São Paulo, UNESP, 2007.

POKER, R. B; Martins, S. E. S. O; Giroto, C. R. M. **Educação inclusiva: em foco a formação de professores**. Editora cultura acadêmica, Marília, 2016.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. Belo Horizonte: TQE, 1999.

RAZUCK, Renata Cardoso de Sá Ribeiro. **A pessoa surda e suas possibilidades no processo de aprendizagem e escolarização**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2011.

SANTIAGO, Sandra, Alves da Silva. **Educação para todos: um estudo sobre a política de inclusão de pessoas portadoras de deficiência no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada em Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. edição. Campinas: Autores Associados, 2010.

SKLIAR, Carlos, **Educação & exclusão: abordagens sócioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

APÊNDICE 1

Questionário apresentado aos professores como coleta de dado para trabalho de conclusão de curso.

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES QUE MINISTRAM AULAS PARA ALUNOS SURDOS

Nome do professor (a): _____

Ano/Série em que atua _____

Disciplina que leciona: _____

1 - Tem algum curso na área de Educação Especial? () Sim () Não

Se SIM, qual (is) curso(s)?

Qual: _____

2 - Você se sente preparado para atender alunos Surdos? () SIM () NÃO

3 - Você sabe Libras? () Sim () Não () Mais ou menos

4 - Como você se comunica na aula com os alunos Surdos?

5 - Como você adapta a sua aula para atender os alunos Surdos?

6 – Como você considera o aluno surdo? () Deficiente () Diferente – Justifique

7 - Você se considera preparado para dar aula para alunos Surdos? Justifique:

8 - O que você acha que é necessário para o Professor fazer um bom trabalho com aluno Surdo?

9 - Qual sugestão você sugere para melhorar a Educação dos Surdos?

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
 Faculdade de Educação
 Aluna pesquisadora: Adelaide Alves Ribeiro
 Prof. Orientador: Paulo Sérgio de Andrade Bareicha

APÊNDICE 2

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Departamento de teoria e fundamentos
Orientador: Dr. Paulo Sérgio de Andrade Bareicha
Projeto 05

Termo de Confidencialidade

Eu, Adelaide Alves Ribeiro, aluna do curso de pedagogia da Universidade de Brasília com matrícula nº 140078177, comprometo-me a manter confidencialidade com relação a toda informação obtida na pesquisa em forma de questionário a ser desenvolvida no trabalho de conclusão de curso, coordenado pelo professor Dr. Paulo Sérgio de Andrade Bareicha vinculado ao departamento de Teoria e fundamentos realizado no âmbito da Universidade de Brasília; ou ainda informações de qualquer pessoa física ou jurídica vinculada de alguma forma a esta pesquisa, concordando em:

Não divulgar a terceiros a natureza e o conteúdo de qualquer informação que componha ou tenha resultado de atividades técnicas da pesquisa;

Não permitir a terceiros o manuseio de qualquer documentação que componha ou tenha resultado de atividades desta pesquisa;

Não explorar, em benefício próprio, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades desta pesquisa;

Não permitir o uso por outrem de informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do projeto de pesquisa.

Declaro ter conhecimento de que as informações contidas nos questionários são confidenciais e de forma alguma serão divulgadas.

Brasília, 07 de maio de 2018.

Adelaide Alves Ribeiro